

LEI Nº 854, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

EMENTA: Institui a Política Municipal de Prevenção, Combate e Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JUPI, DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, faz saber que a câmara **APROVOU e EU SACIONO** a presente Lei.

Art. 1º - Fica instituída a Política Pública Municipal de Prevenção, Combate e Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas no âmbito do Município de Juupi, com o objetivo de desenvolver ações intersetoriais voltadas à prevenção, tratamento, reinserção social e redução dos danos causados pelo uso de substâncias psicoativas.

Art. 2º - São objetivos desta Política Pública:

I - Promover ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens;

II - Oferecer apoio psicossocial a usuários e familiares;

III - Estimular campanhas educativas permanentes nas escolas, unidades de saúde e comunidades;

IV - Garantir acesso a serviços públicos de saúde, assistência social e educação voltados à recuperação e reinserção social de dependentes químicos;

V - Estabelecer parcerias com instituições religiosas, ONGs, conselhos tutelares, escolas e centros de reabilitação.

Art. 3º - As ações desta política serão desenvolvidas por meio da integração entre:

I - Secretaria Municipal de Saúde;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Entidades da sociedade civil;

VI - Ministério Público;

VII - Polícia Militar e Civil.

Art. 4º - Fica autorizada a criação de um programa municipal específico, denominado: **Diga Não as Drogas e ao Alcoolismo: “Vida As Saudável Escolhas que transformam”**, que desenvolverá projetos nas seguintes áreas:



- I** - Palestras mensais educativas nas escolas;
- II** - Oficinas culturais e esportivas para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade;
- III** – Acompanhamento psicológico e social para usuários e familiares;
- IV** – Atendimento multiprofissional nas Unidades Básicas de Saúde e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;]

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA, em 06 de novembro de 2025.



Rivanda Maria Freire Lima Teixeira
Prefeita

